



Rio de Janeiro, 04 de outubro de 2019.

B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão

Sra. Ana Lucia da Costa Pereira

Superintendência de Listagem e Supervisão de Emissores

c.c.: **CVM – Comissão de Valores Mobiliários**

Sr. Fernando Soares Vieira – Superintendência de Relações com Empresas

Sr. Francisco José Bastos Santos – Superintendência de Relações com o Mercado e Intermediários

Ref.: Ofício B3 901/2019-SLS

Prezados Senhores,

Em atenção ao Ofício B3 901/2019-SLS, de 03/10/2019, da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“**B3**”), nos termos adiante transcritos, por meio do qual são solicitados à **Oi S.A. – Em Recuperação Judicial** (“**Oi**” ou “**Companhia**”) esclarecimentos com relação à notícia veiculada pelo jornal Valor Econômico, em 03/10/2019, sob o título “Venda de imóveis da Oi pode render R\$ 2 bilhões” (“**Notícia**”), a Companhia vem expor o que segue:

“Prezados Senhores,

Em notícia veiculada pelo jornal Valor Econômico, em 03/10/2019, sob o título “Venda de imóveis da Oi pode render R\$ 2 bilhões”, consta, entre outras informações, que:

- 1. A Oi estima que possa arrecadar entre R\$ 1,5 bilhão e R\$ 2 bilhões com a venda de imóveis pertencentes à companhia;*
- 2. O novo diretor de operações da empresa calculou entre R\$ 7 bilhões e R\$ 8 bilhões o impacto positivo no caixa que pode ser gerado pela venda de ativos não essenciais, incluindo imóveis;*
- 3. A meta de investimento dessa empresa para 2020 é de R\$ 7 bilhões.*

*Solicitamos esclarecimentos sobre os itens assinalados, até **04/10/2019**, com a sua confirmação ou não, bem como outras informações consideradas importantes.”*

Conforme já amplamente divulgado ao mercado pela Oi em diversas ocasiões, a Companhia vem trabalhando em diferentes iniciativas, em especial aquelas previstas no Plano de Recuperação Judicial, com o objetivo de promover a melhor adequação de sua estrutura de capital, a sustentabilidade de suas operações e a maximização de seu valor. Dentre as suas múltiplas frentes de atuação, a Administração da Companhia tem dedicado foco especial à geração de liquidez de curto prazo mediante eventos não-operacionais, incluindo a venda de ativos *non-core*, entre eles torres, *data center* e imóveis, além de outros ativos não-estratégicos.



Da mesma forma, os valores estimados relativos ao desinvestimento em tais ativos e à liberação resultante de caixa, mencionados durante a entrevista referida na Notícia, são igualmente de conhecimento público, constando do plano estratégico da Oi, arquivado junto à CVM em 16 de julho de 2019 e já largamente difundido pela Companhia.

Cabe ressaltar que, durante todo o seu processo de reposicionamento estratégico, a Oi tem se pautado pela transparência e diligência, sempre com o intuito de assegurar o cumprimento do seu Plano de Recuperação Judicial e o seu soerguimento sustentável. Neste sentido, a Companhia vem mantendo o mercado informado a respeito dos aspectos relevantes e significativos de seus negócios e dando ciência de seus atos e objetivos a todas as instâncias de acompanhamento de sua recuperação judicial, bem como requerendo as autorizações de tais instâncias que sejam eventualmente necessárias.

Sendo essas as considerações que tínhamos em relação ao Ofício, colocamo-nos à inteira disposição para esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,

Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

Carlos Augusto Machado Pereira de Almeida Brandão
Diretor de Finanças e de Relações com Investidores